

## PROFISSIONAL JÚNIOR - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Conhecimentos Básicos						Conhecimentos Específicos					
Língua Portuguesa IV		Conhecimentos Gerais		Noções de Informática II		Bloco 1		Bloco 2		Bloco 3	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 10	1,0 cada	11 a 15	1,0 cada	16 a 20	1,0 cada	21 a 40	1,0 cada	41 a 55	1,0 cada	56 a 70	1,0 cada

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

- 02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Processo Seletivo Público o candidato que:
- se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;
  - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;
  - se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;
  - não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- Obs.** O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.
- 09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- 11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.
- 12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## BLOCO 1

21

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade, com a Resolução CFC nº 1.055/2005 que, nos termos de seu Art. 2º, informa que o Comitê foi composto pelas seguintes entidades:

- a- ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- b- APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- c- BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- d- CFC – Conselho Federal de Contabilidade;
- e- IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- f- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

A resolução CFC nº 1.055/2005, no Capítulo III da Administração e Funcionamento, Art. 7º, estabelece que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) será formado, em sua maioria, por Contadores, com registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade e no § 2º do Art. 7º determina que a indicação dos membros efetivos do Comitê será feita pelas entidades que o constituem.

De acordo com o § 2º citado acima, o número de membros que cabe a cada entidade indicar para membro efetivo do CPC é

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

22

A Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, aprovou o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A aludida Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis estabelece na introdução as finalidades da mesma ao apresentar no item 1:

1. Esta Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a preparação e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos.

Dentre as finalidades enumeradas pela Estrutura Conceitual consta a de auxiliar os auditores independentes a

- (A) apresentar seus relatórios e pareceres de acordo com as determinações da legislação e das normas vigentes.
- (B) elaborar seus planos de trabalho de conformidade com as determinações contidas nos Pronunciamentos Técnicos.
- (C) fazer o seu trabalho de campo de acordo com a legislação, as normas vigentes e os Pronunciamentos Técnicos.
- (D) formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos.
- (E) fundamentar seus achados nas determinações emanadas da legislação societária e normas de auditoria independente.

23

Ao final de um exercício social, a companhia de capital aberto apresentou as seguintes informações parciais, retiradas das demonstrações contábeis realizadas no encerramento desse mesmo exercício.

Custo das mercadorias vendidas	400.000,00
Deduções das vendas	120.000,00
Despesas de vendas e administrativas	200.000,00
Dividendos obrigatórios propostos pela administração	100.000,00
Imposto de Renda (provisão para Imposto de Renda)	50.000,00
Participações (empregados e administradores)	40.000,00
Receita Líquida das Vendas	920.000,00

Considerando exclusivamente as informações recebidas e a boa técnica de elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, o lucro líquido da companhia, no exercício, em reais, é

- (A) 10.000,00
- (B) 110.000,00
- (C) 130.000,00
- (D) 170.000,00
- (E) 230.000,00

24

Uma companhia apresentou as informações parciais que seguem abaixo, retiradas do balanço do exercício encerrado.

Contas	Saldo Devedor	Saldo Credor
Caixa e Equivalentes de Caixa	300.000,00	
Duplicatas a Receber	1.250.000,00	
Duplicatas Descontadas		500.000,00
Estoques	1.000.000,00	
Fundo de Comércio (adquirido)	200.000,00	
Provisão para Contingências		100.000,00
Provisão para Perda de Estoques		150.000,00

Considerando exclusivamente as informações recebidas e a boa técnica de elaboração de balanços, o total dos saldos das contas, classificadas no Ativo Circulante, em reais, é

- (A) 1.900.000,00
- (B) 2.000.000,00
- (C) 2.100.000,00
- (D) 2.550.000,00
- (E) 2.750.000,00

25

Uma companhia de capital fechado com patrimônio líquido superior a 2 milhões informou:

Pagamento de dividendos	60.000,00
Recebimento por emissão de debêntures	100.000,00
Recolhimento de tributos	50.000,00
Venda de Imobilizado	70.000,00

Considerando exclusivamente as informações apresentadas pela companhia e a boa técnica contábil para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método direto, o caixa líquido das atividades de financiamento, em reais, aumentou

- (A) 10.000,00
- (B) 20.000,00
- (C) 40.000,00
- (D) 60.000,00
- (E) 170.000,00

26

Uma companhia, ao realizar os devidos cálculos de ajuste a valor presente do valor de uma Duplicata a Receber classificada no Ativo Não Circulante / Realizável a Longo prazo, fez as seguintes anotações.

Valor inicial da Duplicata a Receber	15.000,00
Valor da Duplicata ajustada a valor presente	10.800,00

Considerando exclusivamente as informações recebidas e a boa técnica contábil, o registro contábil que a companhia vai realizar, para reconhecer o valor presente da duplicata a receber, é

- (A) D Despesa de Ajuste a Valor Presente 4.200,00  
C Provisão para Ajuste a Valor Presente 4.200,00
- (B) D Duplicatas a Receber 4.200,00  
C Provisão para Ajuste a Valor Presente 4.200,00
- (C) D Receita de Financiamento de Vendas 4.200,00  
C Provisão para Ajuste a Valor Presente 4.200,00
- (D) D Despesa de Ajuste a Valor Presente 10.800,00  
C Duplicatas a Receber 10.800,00
- (E) D Receita de Financiamento de Vendas 10.800,00  
C Duplicatas a Receber 10.800,00

**27**

Uma companhia de capital aberto apresentou as seguintes informações parciais referentes a um determinado exercício social:

Depreciação	5.000,00
Ganho de Equivalência Patrimonial	9.000,00
Pagamento de dividendos	8.000,00
Receitas Financeiras	6.000,00

Na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado/Agregado (DVA), o montante do valor adicionado recebido em transferência, em reais, é

- (A) 5.000,00
- (B) 9.000,00
- (C) 11.000,00
- (D) 12.000,00
- (E) 15.000,00

**28**

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), são evidenciadas todas as contas classificadas no Balanço Patrimonial no Patrimônio Líquido que representa o chamado capital próprio da entidade.

Nesse contexto, os dividendos inclusos na proposta de destinação do lucro líquido do exercício submetida pela administração à Assembleia-Geral

- (A) entram na DMPL, aumentando o Patrimônio Líquido, pois pertencem aos proprietários.
- (B) entram na DMPL, diminuindo o saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (C) entram na DMPL, por remunerarem o capital dos acionistas, logo, são Capital Próprio.
- (D) não entram na DMPL, uma vez que não são uma conta classificada no Patrimônio Líquido.
- (E) não entram na DMPL, uma vez que constituem uma conta classificada no Passivo Circulante.

**29**

Nos termos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC 01 (R1), que trata da redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários pela Deliberação CVM nº 639/2010, o valor recuperável de um ativo é o

- (A) maior montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois de deduzida a depreciação.
- (B) maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
- (C) menor custo de um ativo ou de outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos o valor residual.
- (D) o montante a ser obtido pela venda de um ativo em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.
- (E) valor presente decorrente dos fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo.

**30**

Uma sociedade anônima apresentou as seguintes informações quando do encerramento do exercício social:

Lucro líquido do Exercício	200.000,00
Valores inclusos na apuração do resultado	
Ganho da equivalência patrimonial	50.000,00
Vendas a prazo com vencimento no exercício seguinte	40.000,00
Vendas a prazo com vencimento após o exercício seguinte	80.000,00
Dividendos obrigatórios calculados de acordo com o estatuto	130.000,00
Outras informações	
A Reserva Legal atingiu o limite obrigatório no exercício anterior	
Nesse exercício não houve qualquer tipo de alteração no capital social	
A administração quer constituir Reserva de Lucros a Realizar, se possível	

Considerando somente as informações recebidas e as determinações da Lei societária quanto à matéria, o valor da Reserva de Lucros a Realizar que pode ser constituído, em reais, é

- (A) 20.000,00
- (B) 50.000,00
- (C) 60.000,00
- (D) 70.000,00
- (E) 100.000,00

**31**

Uma companhia com exercício social em 31 de dezembro fez uma operação de arrendamento mercantil financeiro, para aquisição de um veículo de uso próprio, nas seguintes condições:

- data do contrato: 28 de dezembro de 2012;
- valor da operação conforme Nota Fiscal de Venda: 61.200,00;
- valor da prestação mensal: 2.100,00;
- quantidade de prestações contratadas: 36 prestações;
- vencimento da primeira prestação: 28 de janeiro de 2013.

Considerando exclusivamente as informações recebidas, a boa técnica contábil e as normas do arrendamento mercantil financeiro, o registro contábil desta operação é o seguinte:

(A)	D Veículos (Não Circulante / Imobilizado)	61.200,00	
	C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante)		61.200,00
(B)	D Veículos (Não Circulante / Imobilizado)	61.200,00	
	D Despesas Financeiras (Resultado do Exercício)	14.400,00	
	C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante)		75.600,00
(C)	D Veículos (Não Circulante / Imobilizado)	61.200,00	
	D Encargos Financeiros a Apropriar (Circulante)	4.800,00	
	D Encargos Financeiros a Apropriar (Não Circulante)	9.600,00	
	C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Circulante)		25.200,00
	C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante)		50.400,00
(D)	D Veículos (Não Circulante / Imobilizado)	75.600,00	
	C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Circulante)		20.400,00
	C Encargos Financeiros a Pagar (Circulante)		4.800,00
	C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante)		40.800,00
	C Encargos Financeiros a Pagar (Não Circulante)		9.600,00
(E)	D Veículos (Não Circulante / Imobilizado)	75.600,00	
	C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Circulante)		25.200,00
	C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante)		50.400,00

**32**

A companhia fez um contrato para aquisição de um equipamento para uso próprio por 780.000,00, com o total de juros de 20% embutidos nesse valor, para pagar em parcelas iguais e sucessivas nos próximos 5 anos.

Desconsiderando qualquer incidência tributária, somente com as informações recebidas e as normas contábeis em vigor sobre a matéria, o registro contábil desta aquisição é feito como segue:

(A)	D Equipamentos de Uso	780.000,00	
	C Contas a Pagar		780.000,00
(B)	D Equipamentos de Uso	780.000,00	
	C Contas a Pagar		624.000,00
	C Encargos a Valor Presente a Pagar		156.000,00
(C)	D Equipamentos de Uso	624.000,00	
	D Juros a Transcorrer	156.000,00	
	C Contas a Pagar		780.000,00
(D)	D Equipamentos de Uso	650.000,00	
	D Juros a Transcorrer	130.000,00	
	C Contas a Pagar		780.000,00
(E)	D Equipamentos de Uso	780.000,00	
	C Juros a Transcorrer a Pagar		130.000,00
	C Contas a Pagar		650.000,00

33

Uma companhia tributada pelo lucro real apresentou as seguintes informações sobre um bem registrado no Ativo Não Circulante / Imobilizado:

Situação do bem	Contábil	Fiscal
Custo de aquisição do ativo	36.000,00	36.000,00
(-) Depreciação acumulada	(12.000,00)	(21.600,00)

Admitindo, para todos os efeitos, uma alíquota de Imposto de Renda de 25% e somente os dados informados, o passivo fiscal diferido, em reais, é

- (A) 2.400,00
- (B) 3.600,00
- (C) 5.400,00
- (D) 6.000,00
- (E) 9.600,00

34

As empresas A e B, sem participação entre elas, decidiram se fundir constituindo uma nova empresa C, atendendo a todos os requisitos legais ou normativos necessários e indispensáveis para a realização da fusão e, de acordo com os seus respectivos termos, a empresa A foi considerada a empresa adquirente, para efeitos contábeis.

Balancos apresentados pelas empresas elaborados na data da fusão.

**Empresa A**

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	1.500.000,00	Passivo Circulante	900.000,00
Ativo Não Circulante	1.000.000,00	Passivo Não Circulante	100.000,00
		Patrimônio Líquido	1.500.000,00
Total do Ativo	2.500.000,00		2.500.000,00

**Empresa B**

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	500.000,00	Passivo Circulante	200.000,00
Ativo Não Circulante	100.000,00	Patrimônio Líquido	400.000,00
Total do Ativo	600.000,00		600.000,00

De acordo com as normas vigentes, a empresa B avaliou seu patrimônio, pelo valor justo, apurando que:

Ativo Circulante e Passivo Circulante: serão mantidos os valores contábeis

Ativo Não Circulante: um galpão já totalmente depreciado foi avaliado em 150.000,00

Desconsiderando qualquer efeito tributário e considerando somente as informações recebidas, o valor do Capital Próprio da nova Empresa C, em reais, é

- (A) 1.100.000,00
- (B) 1.850.000,00
- (C) 1.950.000,00
- (D) 2.050.000,00
- (E) 3.250.000,00

35

A legislação societária em vigor, Lei nº 6.404/76, estabelece como fazer a distribuição do lucro do exercício e que ela não poderá ser aprovada, em cada exercício social, em prejuízo do dividendo obrigatório.

Nos exclusivos termos do Art. 198 da Lei 6.404/76, a reserva que se enquadra no contexto apresentado é a

- (A) Reserva Legal
- (B) Retenção de Lucros
- (C) Reserva para Contingências
- (D) Reserva de Lucros a Realizar
- (E) Reserva de Incentivos Fiscais



## 36

Em qualquer empresa ou circunstância, o orçamento empresarial terá sempre vantagens e desvantagens, portanto, deve ser adotado sempre que as vantagens esperadas superem as desvantagens de sua implementação.

Uma das vantagens do orçamento empresarial surge da probabilidade de predição de o “processo orçamentário permitir identificar pontos de eficiência e ineficiência das unidades”.

A citada probabilidade de predição está inserida na

- (A) delegação de poderes
- (B) avaliação de desempenho
- (C) quantificação dos objetivos
- (D) integração dos departamentos
- (E) racionalização dos recursos

## 37

A companhia Z adquiriu por R\$1.000.000,00 a participação de 40% das ações preferenciais da companhia Y, cujo Patrimônio Líquido é de R\$ 2.000.000,00, sem poder de influência nela.

Na avaliação dos ativos da companhia Y a valor justo, foi apurado o que segue:

**Imobilizado:** vale mais R\$ 250.000,00 que o valor líquido contabilizado

**Intangível:** uma patente criada pela própria investida, que, por isso mesmo, não foi contabilizada nos termos das normas em vigor, é negociada no mercado ativo da mesma por R\$ 50.000,00

Considerando exclusivamente as informações recebidas e as normas vigentes para a matéria, na investidora, companhia Z, a participação deve ser evidenciada no Ativo Não Circulante, na data da aquisição, como segue:

(A) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS			
Equivalência Patrimonial / Companhia Y			1.000.000,00
(B) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS			
Equivalência Patrimonial / Companhia Y	920.000,00		
Mais-Valia dos Ativos Líquidos / Companhia Y	<u>80.000,00</u>		1.000.000,00
(C) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS			
Equivalência Patrimonial/Companhia Y	800.000,00		
Mais-Valia dos Ativos Líquidos / Companhia Y	<u>200.000,00</u>		1.000.000,00
(D) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS			
Equivalência Patrimonial/Companhia Y	920.000,00		
Mais-Valia dos Ativos Líquidos / Companhia Y	60.000,00		
Expectativa Rentabilidade Futura/Cia. Y (Goodwill)	<u>20.000,00</u>		1.000.000,00
(E) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS			
Equivalência Patrimonial/Companhia Y	800.000,00		
Mais-Valia dos Ativos Líquidos / Companhia Y	120.000,00		
Expectativa Rentabilidade Futura/Cia. Y (Goodwill)	<u>80.000,00</u>		1.000.000,00

## 38

A companhia elaborou seu orçamento de vendas para o período de janeiro a março de 2013, informando:

- Vendas projetadas para 2013: janeiro: 400.000,00, fevereiro: 500.000,00 e março: 600.000,00
- A política de crédito aos clientes nas vendas é de 10% à vista e o restante em três parcelas iguais e sucessivas de 30% cada uma, para 30, 60 e 90 dias.
- Estimativa de inadimplência: 10% ao mês.

Considerando exclusivamente as informações recebidas e a boa técnica de elaboração do orçamento de caixa, o valor dos recebimentos estimados para o mês de março/2013, em reais, é

- (A) 180.000,00
- (B) 210.000,00
- (C) 297.000,00
- (D) 303.000,00
- (E) 357.000,00

39

Uma companhia, antes de encerrar o exercício social, apresentou o seguinte balanço patrimonial:

ATIVO		PASSIVO	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>20.000,00</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>16.000,00</b>
Caixa	100,00	Fornecedores	9.000,00
Duplicatas a Receber	11.000,00	Salários a Pagar	3.000,00
Estoques	8.900,00	Impostos a Pagar	4.000,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>6.000,00</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.000,00</b>
Contas a Receber	6.000,00	Capital	10.000,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>26.000,00</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>26.000,00</b>

Pressionada a pagar os Impostos, para obtenção das certidões negativas, descontou uma Duplicata a Receber de R\$ 8.000,00 com vencimento para 60 dias. O banco cobrou juros de R\$ 1.000,00, e com o valor líquido, creditado em conta corrente, a companhia quitou o saldo desses Impostos a Pagar.

Outras informações:

- A operação foi realizada depois da elaboração do balanço acima, mas no mesmo dia do seu levantamento.
- Os lançamentos das operações não estão evidenciados no balanço levantado.

Considerando exclusivamente as informações recebidas e a boa técnica da análise das demonstrações contábeis, feitos os registros contábeis da operação e desconsiderando um possível ajuste da classificação dos juros da operação, para efeitos de análise do balanço, o índice de liquidez corrente da companhia é

- (A) 1,20  
 (B) 1,25  
 (C) 1,33  
 (D) 1,36  
 (E) 1,50

40

Quando um intangível é classificado no Ativo Não Circulante / Intangível, uma dificuldade que surge é a de determinar, de forma fundamentada, se sua vida útil é definida ou indefinida.

O enquadramento do intangível em cada situação de vida útil vai determinar os procedimentos contábeis a serem adotados com relação ao mesmo.

Assim, um Ativo classificado no Intangível com vida útil

- (A) indefinida é exaurido  
 (B) indefinida é depreciado  
 (C) indefinida é amortizado  
 (D) definida é depreciado  
 (E) definida é amortizado

RASCUNHO





## BLOCO 2

41

Segundo a Secretaria da Receita Federal, o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Assim, uma das premissas do SPED é

- (A) aumentar a concorrência e competitividade entre os usuários.
- (B) melhorar o ambiente de negócios para as empresas no Brasil.
- (C) promover o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre empresas e demais usuários.
- (D) promover maior interferência no ambiente do contribuinte.
- (E) promover a unificação dos fiscos.

42

A Escrituração Contábil Digital (ECD) foi instituída por instrução normativa da Receita Federal do Brasil. Nesse contexto,

- (A) estão obrigadas a adotar a ECD as sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Presumido e no Lucro Real.
- (B) a ECD compreenderá a versão digital dos livros Diário e Razão e seus auxiliares, se houver.
- (C) a obrigatoriedade de entrega da ECD se aplica à incorporadora, nos casos em que incorporadora e incorporada estejam sob o mesmo controle societário.
- (D) na ECD, os livros Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento são de elaboração facultativa.
- (E) nos casos de reestruturação societária, é facultada a entrega da ECD pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras.

43

Em uma empresa optante pela apuração do Imposto de Renda com base no Lucro Real, a equipe do setor fiscal estava em discussão acerca de despesas que deveriam ser excluídas e adicionadas à base de cálculo do imposto de renda.

A equipe consultou o Regulamento do Imposto de Renda e constatou que um dos itens que **NÃO** precisa ser adicionado é o seguinte:

- (A) participações pagas a administradores.
- (B) despesa com propaganda.
- (C) montante da CSLL, quando registrado como despesa operacional.
- (D) amortização de ágio pago na aquisição de participações societárias avaliadas pelo MEP.
- (E) multa fiscal paga pela empresa, por infrações fiscais ou transgressões a normas de natureza não tributária.

44

De acordo com o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o controle interno é

“um processo, efetuado pelo Conselho de Administração, pela administração ou por outras pessoas da companhia, o qual visa a fornecer segurança razoável quanto à possibilidade de atingir objetivos nas seguintes categorias: eficácia e eficiência das operações, confiabilidade dos relatórios financeiros, cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis”.

Para que atinja seus objetivos, os controles internos precisam ser desenvolvidos em uma estrutura apropriada, com cinco componentes, na qual o componente Atividades de Controle

- (A) objetiva atenuar os riscos identificados anteriormente.
- (B) refere-se a conceitos como conduta, atitude, consciência, competência e estilo.
- (C) identifica e analisa os riscos mais relevantes para a obtenção dos objetivos do negócio.
- (D) inclui a supervisão interna e externa dos controles internos pela administração.
- (E) relaciona-se à avaliação da qualidade dos controles internos durante avaliações contínuas e especiais.

45

A Lei Sarbanes-Oxley apresentou inovações nos padrões de responsabilidades corporativas que alteraram as obrigações do Comitê de Auditoria. Nesse contexto, considere as afirmativas a seguir.

- I – Todos os serviços de auditoria e de *non-audit* prestados pelo seu auditor devem ser pré-aprovados pelo Comitê de Auditoria, exceto se o valor dos serviços de *non-audit* prestados à companhia não ultrapassar 10% do total de rendimentos pagos pela companhia ao auditor no exercício fiscal.
- II – O Comitê de Auditoria é responsável por analisar a adequação dos honorários do auditor independente, atentando se os mesmos são compatíveis para a realização de um trabalho de qualidade, considerando a complexidade e o volume de operações da companhia.
- III – Cada um dos membros do Comitê de Auditoria deve ser, também, membro do Conselho de Administração e ser independente, o que restringe a aceitação de qualquer pagamento por serviços de consultoria, assessoria ou outro honorário compensatório por parte da companhia.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) III, apenas
- (C) I e II, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

46

O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) com intuito de difundir e incentivar as práticas de governança que contribuem para um mercado de capitais com maior transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade corporativa. O código trata de assuntos como propriedade (sócios), conselho de administração, gestão, auditoria independente, conselho fiscal e conduta e conflito de interesses.

Em relação aos acordos entre sócios, verifica-se, nesse código, que tais acordos

- (A) podem ser disponibilizados aos demais sócios, mediante solicitação ao Conselho de Administração.
- (B) podem indicar membros para a composição do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.
- (C) podem vincular o exercício do direito de voto a qualquer membro do Conselho de Administração, os quais deverão cumprir fielmente seu dever de lealdade e diligência para com a organização.
- (D) devem conter mecanismos para resolução de casos de conflito de interesses, circunscritos aos sócios que subscreveram o acordo.
- (E) devem abster-se de tratar sobre a indicação de quaisquer diretores para a organização.

47

A Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE, autorizada pelo Art. 149 da Constituição Federal, apresenta duas modalidades: a proveniente de remessa para o exterior e a cobrada sobre a venda de combustíveis.

Em relação à distribuição do produto de arrecadação da CIDE, um dos critérios para distribuição da parcela que cabe aos Estados e ao Distrito Federal é

- (A) 40% proporcionalmente à extensão da malha viária federal pavimentada existente em cada Estado e no Distrito Federal.
- (B) 40% proporcionalmente à extensão da malha viária estadual pavimentada existente em cada Estado e no Distrito Federal.
- (C) 40% proporcionalmente à extensão da malha viária federal e estadual pavimentada existente em cada Estado e no Distrito Federal.
- (D) 30% proporcionalmente à extensão da malha viária federal pavimentada existente em cada Estado e no Distrito Federal.
- (E) 30% proporcionalmente à extensão da malha viária federal e estadual pavimentada existente em cada Estado e no Distrito Federal.

48

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é um tributo de competência dos Municípios e do Distrito Federal, que tem como fato gerador a prestação de serviços constantes em lei complementar ainda que esses não constituam atividade preponderante do prestador.

Essa lei destaca também alguns serviços sobre os quais **NÃO** incide o ISSQN, como:

- (A) serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- (B) fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade.
- (C) locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso.
- (D) arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
- (E) exportações de serviços para o exterior do País.

49

A Lei nº 11.941/2009 instituiu o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do lucro real, em razão dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/2007.

Nesse regime tributário,

- (A) em ajustes temporários do imposto realizados em sua vigência e decorrentes de fatos ocorridos nesse período, que impliquem ajustes em períodos subsequentes, permanece a obrigação de exclusões relativas a adições temporárias.
- (B) sua obrigatoriedade se deu a partir do ano-calendário de 2009, inclusive para a apuração do IR com base no lucro presumido ou arbitrado, da CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.
- (C) a pessoa jurídica a ele sujeita deve manter, em sua escrituração comercial, os procedimentos contábeis determinados pela legislação tributária que alterem os saldos das contas patrimoniais ou de resultado.
- (D) o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do prêmio na emissão de debêntures deverá ser excluído para fins de apuração do lucro real, porém poderá ser adicionado na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.
- (E) o valor das subvenções e doações feitas pelo poder público e o valor do prêmio na emissão de debêntures poderão ser excluídos da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, quando registrados em conta de resultado.

50

Uma aplicação financeira de renda fixa mantida por 480 dias gerou uma renda de R\$ 16.550,00.

Sabendo-se que esse rendimento está sujeito à retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme leis federais, qual o valor a ser retido?

- (A) 4.551,25
- (B) 3.723,75
- (C) 3.310,00
- (D) 2.896,25
- (E) 2.482,50

51

A estrutura tributária brasileira está disposta no texto constitucional e na legislação complementar e ordinária, as quais dispõem sobre princípios, espécies tributárias, fato gerador, incidências, isenções, bases de cálculo, alíquotas, prazos e outros pormenores que asseguram a adequada interpretação do tributo. Ainda assim, muitas empresas no Brasil argumentam que não suportam arcar com o ônus tributário imposto pelas autoridades fiscais.

A argumentação das empresas contraria qual princípio tributário?

- (A) Capacidade contributiva
- (B) Competência tributária
- (C) Legalidade tributária
- (D) Irretroatividade tributária
- (E) Isonomia tributária

52

A Arbury Comércio Ltda. costuma adquirir um dos produtos que comercializa junto à Cia. Industrial OXO e conta com um bom relacionamento junto a esse fornecedor. As informações relativas à primeira operação de compra efetuada em 2013 constam no Quadro a seguir.

1	Quantidade adquirida	800
2	Preço unitário do produto	R\$ 75,00
3	Frete cobrado pelo vendedor	R\$ 2.300,00
4	Seguro cobrado pelo vendedor	R\$ 310,00
5	Desconto incondicional obtido	R\$ 1.200,00
6	Alíquota ICMS	17%
7	Alíquota IPI	10%

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, a Arbury Comércio Ltda. deverá reconhecer essa compra no seu estoque pelo custo unitário, em reais, de

- (A) 69,75
- (B) 71,28
- (C) 71,54
- (D) 72,09
- (E) 72,46

53

A base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, com a incidência não cumulativa, é o valor do faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente de sua denominação ou classificação contábil.

Para fins de determinação da base de cálculo, o valor que **NÃO** pode ser excluído do faturamento, uma vez que o tenha integrado, é o valor de

- (A) vendas canceladas
- (B) reversões de provisões
- (C) descontos financeiros concedidos
- (D) Imposto sobre Produtos Industrializados
- (E) receitas decorrentes das vendas de bens do ativo permanente

54

Tendo em vista que o Senado Federal possui competência exclusiva para determinar alíquotas interestaduais de ICMS através de Resolução do Senado, para as empresas X e Y, contribuintes do ICMS, localizadas, respectivamente, nas regiões Norte e Sudeste do Brasil, considere as seguintes operações:

- I – X vende para não contribuinte do ICMS na Região Sul.
- II – Y vende para X.
- III – Y vende para contribuinte do ICMS da Região Nordeste.

As alíquotas incidentes nas operações citadas serão, respectivamente,

- (A) alíquota para operações no Estado de origem, 7% e 12%.
- (B) alíquota para operações no Estado de origem, 12% e 7%.
- (C) 7%; 12% e alíquota para operações no Estado de destino.
- (D) 12%; 7% e alíquota para operações no Estado de origem.
- (E) 12%; alíquota para operações no Estado de origem e 7%.

55

Quanto à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), considere as afirmações a seguir.

- I – As sociedades cooperativas calcularão a CSLL sobre o resultado do período de apuração, limitado às operações com não cooperados.
- II – Estão isentas da CSLL as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas, sem fins lucrativos.
- III – Embora deva ser apurada com a mesma periodicidade adotada na apuração do lucro real (anual ou trimestral), a base de cálculo da CSLL não se confunde com a do lucro real.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) III, apenas
- (C) I e II, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

## BLOCO 3

56

Um banco opera com taxa de desconto simples bancário de 8% ao mês nas antecipações de restituição do imposto de renda, e ainda desconta 1,5% do valor da restituição, a título de taxa de administração.

A taxa mensal de juros compostos cobrada por esse banco para quem solicita antecipação por dois meses, em percentual, aproximadamente, é:

- (A) 8,5
- (B) 9,0
- (C) 9,5
- (D) 10,0
- (E) 10,5

57

Uma loja oferece financiamento em seis prestações consecutivas, mensais e iguais, vencendo a primeira prestação um mês após a compra, com taxa de juros compostos de 3% ao mês. O gerente financeiro avalia a possibilidade de dobrar o prazo do financiamento, mantendo inalteradas as demais condições.

Nesse caso, um financiamento que gerava uma prestação de R\$ 294,40, passa a gerar uma prestação, em reais, de

- (A) 147,00
- (B) 151,00
- (C) 160,00
- (D) 176,00
- (E) 195,00

Dado $(1,03)^{-6} = 0,84$
------------------------------

58

Na terminologia contábil em custos industriais (contabilidade de custos), a expressão “os bens e serviços consumidos para a obtenção de receitas” é utilizada para definir um(a):

- (A) Custo
- (B) Desembolso
- (C) Despesa
- (D) Gasto
- (E) Perda

59

Uma indústria que trabalha de forma contínua e produz os coprodutos, X; Y; Z; e W apresentou as seguintes informações relativas exclusivamente a tais coprodutos, anotadas num determinado período produtivo.

Dados dos coprodutos

Elementos	Produto X	Produto Y	Produto Z	Produto W
Produção (em unidades)	12.000	20.000	8.000	10.000
Preço Venda (em reais)	40,80	38,52	135,00	126,00

Custos do período produtivo com os coprodutos

Elementos	Matéria-prima	Mão de obra direta	Custos indiretos Fabricação
Custos conjuntos (em reais)	580.000	320.000,00	100.000,00

Apropriação dos custos do período aos coprodutos: método do valor de mercado.

Considerando exclusivamente as informações recebidas e a boa técnica da apropriação dos custos conjuntos aos coprodutos, o custo alocado ao coproduto Z, em reais, é

- (A) 160.000,00
- (B) 225.000,00
- (C) 250.000,00
- (D) 270.000,00
- (E) 300.000,00

**60**

O custeio por absorção e o custeio variável são dois métodos de custeamento dos produtos. A principal diferença entre eles é a forma como fazem o custeamento dos produtos.

Nesse contexto, caracteriza distinção entre os dois custeios:

Custeio por absorção	Custeio variável
(A) São apropriados os custos fixos.	Não são apropriados os custos fixos.
(B) São apropriadas as despesas variáveis.	Não são apropriadas as despesas variáveis.
(C) São apropriados somente os custos diretos.	São apropriados somente os custos fixos.
(D) São apropriados somente os custos variáveis.	São apropriados somente os custos diretos.
(E) São apropriados os custos variáveis e os custos fixos.	São apropriados os custos variáveis e as despesas variáveis.

**Considere os dados a seguir para resolver às questões de n<sup>os</sup> 61 e 62.**

Uma determinada indústria, ao final de um determinado período operacional, apresentou as seguintes anotações referentes a um dos produtos de sua linha:

Custos fixos	1.500,00
Custos variáveis	3.000,00
Despesas fixas	200,00
Despesas variáveis	300,00
Vendas líquidas	8.000,00

**61**

Considerando somente as informações recebidas e a boa técnica da contabilidade de custos, o Lucro Bruto (Margem de Contribuição) desses produtos, apurado pelo método do custeio por absorção, em reais, é

- (A) 3.500,00
- (B) 4.500,00
- (C) 6.000,00
- (D) 6.300,00
- (E) 8.000,00

**62**

Considerando somente as informações recebidas e a boa técnica da contabilidade de custos, o Lucro Bruto (Margem de Contribuição) desses produtos, apurado pelo método do custeio variável, em reais, é

- (A) 3.200,00
- (B) 3.300,00
- (C) 4.700,00
- (D) 5.000,00
- (E) 6.300,00

**63**

No desenvolvimento de um novo produto a ser lançado, com grande apelo no mercado consumidor e sem similar disponível, a empresa fez as seguintes anotações referentes exclusivamente a esse produto:

Custo de produção, pelo custeio por absorção	130,00
Comissão dos vendedores sobre vendas (sobre a receita bruta)	4%
Despesas Gerais e Administrativas (sobre a receita bruta)	8%
Margem de lucro desejada para o produto (sobre receita bruta)	5%
Tributos incidentes (sobre a receita bruta)	18%

Para atender exclusivamente a todas as anotações (informações) apresentadas acima, o preço de venda a ser praticado pela indústria para esse produto, em reais, deve ser

- (A) 159,90
- (B) 175,50
- (C) 185,00
- (D) 200,00
- (E) 230,10



64

Em fevereiro/2013, a empresa industrial, que adota o método do custeio variável, apresentou as seguintes informações de uma das linhas de seus produtos que utilizam a mesma mão de obra.

Anotações feitas pela indústria Linha de Produção	Produtos				
	Novo	Dez	Onze	Doze	Treze
Produção (em unidades)	100.000	200.000	120.000	60.000	80.000
Preço de vendas unitário, em reais	95,00	36,50	60,00	123,00	100,00
Matéria-prima					
Custo por unidade produzida, em reais	50,00	20,00	40,00	75,00	60,00
Consumo por unidade produzida, em quilos	10	4	8	15	12
Mão de Obra direta					
Custo por unidade produzida, em reais	6,00	3,00	4,00	8,00	10,00
Consumo por unidade produzida, em horas	3	1,5	2	4	5

Por um problema de política interna, a indústria terá uma redução da disponibilidade da mão de obra, dessa linha de produtos, estimada em 30%, em março 2013

Considerando somente as informações recebidas, o produto que terá sua produção reduzida, face à limitação prevista para março de 2013, é o

- (A) Nove
- (B) Dez
- (C) Onze
- (D) Doze
- (E) Treze

65

Na avaliação de empresas, o aspecto temporal é contemplado normalmente sob duas vertentes distintas: o intervalo do período explícito e o intervalo do período residual (perpetuidade).

Nesse contexto, a perpetuidade é entendida como uma

- (A) anuidade cujo fluxo de caixa ocorre no início de cada período.
- (B) taxa anual de juros remuneratória que é efetivamente paga ou recebida.
- (C) série de fluxos de caixa periódicos e iguais, por um prazo determinado.
- (D) anuidade de duração infinita que fornece sempre a seu titular um fluxo de caixa ao fim de cada ano.
- (E) quantia cujo valor em uma data futura é apurado com aplicação de juros compostos por certo período.

66

Uma companhia apresentou as seguintes informações apuradas no levantamento do balanço patrimonial:

Capital Social	1.100,00
Exigível a Longo Prazo	700,00
Imobilizado	500,00
Investimentos	200,00
Passivos Circulantes	600,00
Realizável a Longo Prazo	300,00
Retenção de Lucros	100,00

Considerando exclusivamente as informações recebidas, o Capital Circulante Líquido (CCL) da companhia, em reais, é

- (A) 400,00
- (B) 600,00
- (C) 800,00
- (D) 900,00
- (E) 1.300,00



**67**

Uma indústria apresentou as anotações a seguir, referentes a um determinado período produtivo.

<b>ELEMENTOS</b>	<b>CUSTO PADRÃO</b>	<b>CUSTO REAL</b>
Matéria-prima	32 kg x R\$ 8,00/kg = R\$ 256,00	38 kg x R\$ 7,50/kg = R\$ 285,00
Mão de obra direta	25 h x R\$ 3,30/h = R\$ 82,50	20 h x R\$ 3,60/h = R\$ 72,00

Considerando exclusivamente as informações recebidas e utilizando nos cálculos o método das três variáveis (Quantidade/Eficiência, Preço/Taxa e Mista), a variação do preço, em reais, é de

- (A) 10,50 Favorável
- (B) 16,00 Favorável
- (C) 7,50 Desfavorável
- (D) 29,00 Desfavorável
- (E) 48,00 Desfavorável

**Considere as informações a seguir para responder às questões de n<sup>os</sup> 68 e 69.**

A companhia, ao final de um exercício social, apresentou as seguintes demonstrações financeiras:

**Balanco Patrimonial**

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>
Circulante	25.000,00	Circulante
Não Circulante		15.000,00
Realizável a Longo Prazo	3.000,00	Não circulante
Investimentos	10.000,00	Exigível a Longo Prazo
Imobilizado	12.000,00	5.000,00
<b>Total</b>	<b>50.000,00</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
		30.000,00
		<b>50.000,00</b>

**Demonstração do Resultado do Exercício**

Receita de vendas	18.000,00
(-) CMV	(6.000,00)
(=) Lucro Bruto	12.000,00
(-) Despesas de vendas	(600,00)
(-) Despesas Administrativas	(1.400,00)
(-) Despesas Financeiras	(1.600,00)
(=) Lucro antes do I. Renda	8.400,00

**68**

Considerando exclusivamente as informações recebidas, o Grau de Alavancagem Financeira (GAF) da companhia é

- (A) 1,20
- (B) 1,40
- (C) 1,50
- (D) 2,10
- (E) 2,50

**69**

Considerando exclusivamente as informações recebidas, o Custo do Capital de Terceiros da companhia é de

- (A) 3,20%
- (B) 6,40%
- (C) 8,00%
- (D) 10,00%
- (E) 18,00%

## 70

Na determinação do valor de uma empresa, um dos componentes utilizados é o fluxo de caixa operacional disponível, no qual tem papel importante a determinação da taxa de crescimento prevista.

A taxa de crescimento dos fluxos de caixa ( $g$ ) é determinada através do produto do percentual de reinvestimento dos fluxos operacionais de caixa ( $b$ ) pela taxa de retorno ( $r$ ) a que esse capital é aplicado. Ou seja, a taxa de crescimento dos fluxos de caixa é apurada pela da fórmula

$$g = b \times r$$

Considere uma companhia que estima reinvestir 80% de seus lucros operacionais a uma taxa de retorno de 12,5% ao ano e projeta os fluxos de caixa operacionais, iniciando o primeiro ano com o lucro operacional referencial líquido do imposto de renda de R\$ 200.000,00.

Dessa forma, o Fluxo de Caixa Operacional Disponível projetado para o terceiro ano, em reais, é

- (A) 45.000,00
- (B) 48.400,00
- (C) 49.000,00
- (D) 50,625,00
- (E) 60.025,00

RASCUNHO